

Prova Objetiva – Caderno de Questões

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém cem questões, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenadas de 1 a 100.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua Folha Definitiva de Respostas, a seguinte frase:
Quando a voz de um inimigo o acusa, o silêncio de um amigo condena.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros examinandos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha Definitiva de Respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **duas horas e trinta minutos** após o início da prova e **não** poderá levar consigo este Caderno de Questões nem a Folha Definitiva de Respostas. Para posterior conferência de suas marcações, anote-as no quadro abaixo, e, ao término da prova, solicite que o fiscal de sala destaque a capa deste Caderno de Questões e leve-a consigo.
- 8 Todas as suas respostas deverão ser transcritas para a Folha Definitiva de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva. À questão deixada em branco ou para a qual for assinalada mais de uma opção de resposta na Folha Definitiva de Respostas será atribuída pontuação nula.
- 9 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu Caderno de Questões e a sua Folha Definitiva de Respostas e deixe o local de prova.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na Folha Definitiva de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.
- 11 Apenas a capa deste caderno pode ser destacada.

Comunicado

Para recorrer contra o resultado da prova objetiva, o examinando deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, no endereço eletrônico www.oabsp.org.br ou www.cespe.unb.br/concursos/oabsp, e seguir as instruções ali contidas. Ao concluir o seu recurso, o examinando deverá imprimi-lo e guardar a cópia impressa consigo. Ao imprimir o seu recurso, o examinando estará automaticamente protocolando-o eletronicamente junto à OAB/SP, **não havendo necessidade de protocolar a cópia impressa.**

ATENÇÃO: a impressão do recurso deverá ser efetuada somente após a inclusão, pelo examinando, de todas as razões recursais, referentes a todas as questões impugnadas. **Após a impressão, o sistema eletrônico não permitirá qualquer alteração e(ou) edição do recurso.**

AGENDA (datas prováveis)

- I 14/9/2008, após as 17 h (horário de Brasília) – Caderno de Questões: Internet — www.cespe.unb.br.
- II 16/9/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais da prova objetiva: Internet — www.oabsp.org.br e www.cespe.unb.br.
- III 23/9/2008, após as 14 h (horário de Brasília) – Resultado da prova objetiva: Internet — www.oabsp.org.br e www.cespe.unb.br.
- IV 24 a 26/9/2008 – Recursos (prova objetiva): Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, na Internet — www.oabsp.org.br e www.cespe.unb.br/concursos/oabsp —, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V 9/10/2008, após as 16 h (horário de Brasília) – Resultado final da prova objetiva e convocação para a prova prático-profissional: Internet — www.oabsp.org.br e www.cespe.unb.br/concursos/oabsp.
- VI 19/10/2008 – Aplicação da prova prático-profissional.

Espaço para anotação das respostas do examinando:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100

Nas questões de 1 a 100, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha Definitiva de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Assinale a opção correta no que se refere ao controle concentrado da constitucionalidade.

- A A ação direta contra lei estadual somente será julgada no tribunal de justiça local.
- B Não há previsão constitucional para o julgamento de ação direta no âmbito dos tribunais regionais federais (TRFs).
- C A ação direta contra lei municipal poderá ser ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF).
- D A declaração de inconstitucionalidade sempre produzirá efeitos *ex nunc*.

QUESTÃO 2

A Constituição Federal (CF) dispõe que o subsídio mensal dos desembargadores do tribunal de justiça estadual

- A poderá ser fixado como limite único dos subsídios dos deputados estaduais e dos vereadores, mediante lei de iniciativa privativa da Mesa da assembléia legislativa estadual.
- B somente poderá ser considerado como limite dos subsídios dos magistrados estaduais e, não, do Ministério Público (MP), da Defensoria e da Procuradoria do estado.
- C poderá ser fixado como limite único das remunerações e subsídios dos ocupantes de cargo, função e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes do Estado, mediante lei de iniciativa privativa do governador.
- D poderá ser fixado como limite único das remunerações e subsídios dos ocupantes de cargo, função e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes do Estado, mediante emenda à respectiva Constituição estadual.

QUESTÃO 3

A homologação de sentenças estrangeiras é de competência

- A do STF.
- B do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- C da justiça federal do local onde tem domicílio o interessado.
- D do TRF da região onde tem domicílio o interessado.

QUESTÃO 4

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

- A poderá desconstituir os atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, em caso de ilegalidade.
- B poderá apreciar, de ofício ou mediante provocação, a conveniência e oportunidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário.
- C somente poderá apreciar a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário mediante provocação devidamente fundamentada.
- D poderá apreciar, de ofício, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, mas não poderá desconstituí-los.

QUESTÃO 5

De acordo com a CF, nas ações populares,

- A nunca haverá condenação em honorários de sucumbência.
- B somente será devido o pagamento de custas se houver comprovada má-fé da parte ré.
- C em nenhuma hipótese, será devido o pagamento de custas.
- D somente será devido o pagamento de custas se houver comprovada má-fé do autor da ação.

QUESTÃO 6

Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes

- A às emendas constitucionais.
- B aos decretos legislativos.
- C às leis complementares.
- D às leis ordinárias.

QUESTÃO 7

Conforme dispõe a CF, os prefeitos municipais

- A somente devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito, se forem concorrer a outros cargos eletivos.
- B não poderão ser reeleitos.
- C podem ser reeleitos para até dois períodos subsequentes ao do primeiro mandato.
- D devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito, caso desejem se candidatar à reeleição.

QUESTÃO 8

Será competente para julgar originariamente *habeas corpus* em que figure como paciente desembargador de tribunal de justiça estadual

- A o próprio tribunal de justiça estadual ao qual esteja vinculado o desembargador.
- B o STJ.
- C o TRF da respectiva região.
- D o STF.

QUESTÃO 9

Contra decisão judicial que tenha contrariado súmula vinculante aplicável a caso concreto cabe

- A reclamação ao tribunal de justiça.
- B reclamação ao CNJ.
- C mandado de segurança ao STJ, se o ato provier de juiz de direito.
- D reclamação ao STF.

QUESTÃO 10

De acordo com dispositivo constitucional, a súmula do STF com efeito vinculante

- Ⓐ é de observância obrigatória pelos demais órgãos do Poder Judiciário caso seja aprovada pela maioria simples dos membros do tribunal.
- Ⓑ não poderá ser cancelada ou revista.
- Ⓒ será aprovada após reiteradas decisões sobre matéria constitucional.
- Ⓓ somente poderá ser revista ou cancelada mediante provocação devidamente motivada.

DIREITO ADMINISTRATIVO**QUESTÃO 11**

Para a contratação do serviço de demolição parcial e reparação de um prédio de uma autarquia situada na cidade de São Paulo, foi aberto processo de licitação pública. Por motivo de interesse público, a licitação deveria ocorrer no Distrito Federal (DF), onde fica o ministério ao qual a entidade está vinculada, mas restou claro, no edital do certame, que os licitantes deveriam ter sua sede instalada no estado de São Paulo, local onde seriam realizadas as obras. O aviso da licitação, com o resumo do edital, foi publicado, no DF, em jornal diário de grande circulação.

Considerando a situação hipotética apresentada e tendo por base a lei que regula licitações e contratos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A publicidade dada à licitação não poderia ser realizada mediante resumo do edital, nem em jornal diário de grande circulação nem no Diário Oficial, pois é obrigatória a publicação do edital em sua integralidade.
- Ⓑ Ainda que a licitação seja realizada no DF, é obrigatória a publicação de aviso acerca do processo licitatório também em São Paulo, local em que o serviço a ser contratado será prestado.
- Ⓒ A autarquia, por estar sediada em São Paulo, não poderia realizar a licitação no DF.
- Ⓓ Está correta a exigência editalícia de que os licitantes tenham domicílio no estado de São Paulo.

QUESTÃO 12

João, servidor público federal, trabalhou desidiosamente, durante 4 dias, em determinado procedimento administrativo. Paulo, seu chefe imediato, observando tal situação, aplicou a João uma advertência e determinou que ela fosse registrada nos assentamentos funcionais de João.

Em face da situação hipotética apresentada e das regras que regem a aplicação de punição disciplinar aos servidores públicos federais, segundo a Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta.

- Ⓐ O registro nos assentamentos funcionais de João corresponde a um ato de indicição.
- Ⓑ Como a infração cometida por João sujeita-se à penalidade de advertência, a ação disciplinar contra o servidor estaria prescrita em 120 dias.
- Ⓒ A aplicação de advertência a João, sem a instauração de sindicância, em que o servidor teria assegurada ampla defesa, configura nulidade absoluta.
- Ⓓ A advertência não pode ser registrada em assentamentos funcionais, por se caracterizar como ato oral.

QUESTÃO 13

A Lei n.º 8.112/1990 determina que, salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto pode incidir sobre a remuneração ou o provento de servidor público, podendo, contudo, mediante autorização do servidor, haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros. Corresponde a desconto realizado por imposição legal

- Ⓐ a contribuição para a previdência social.
- Ⓑ a amortização de empréstimo ou financiamento concedido ao servidor público federal por entidade fechada ou aberta de previdência privada.
- Ⓒ a contribuição para o custeio de associação de servidores públicos.
- Ⓓ a contribuição para plano de saúde patrocinado por entidade aberta de previdência social.

QUESTÃO 14

Acerca da competência revogatória da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ O exercício da competência revogatória é decorrência do princípio da publicidade dos atos administrativos.
- Ⓑ A competência revogatória pode ser exercida mesmo após a consumação e o exaurimento dos efeitos do ato administrativo praticado.
- Ⓒ Na ausência de dispositivo legal que regule a matéria, no exercício das funções administrativas, a competência para revogar um ato administrativo é sempre da autoridade que o tenha praticado.
- Ⓓ Ao Poder Judiciário não se reconhece competência para revogar atos administrativos.

QUESTÃO 15

Josué, condenado por latrocínio e estelionato, cumprindo pena em regime aberto, fugiu diversas vezes do estabelecimento prisional. Embora sempre localizado e novamente detido pelas autoridades policiais, ele não foi submetido à regressão de regime prisional. Durante a oitava fuga, Josué praticou estupro contra criança de 12 anos de idade.

Tendo por base essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da responsabilidade do Estado.

- Ⓐ Na situação apresentada, sequer cabe discutir a responsabilização do Estado, pois o ato danoso praticado foi realizado por um particular, Josué, e, não, por um agente público.
- Ⓑ À situação apresentada é aplicável a teoria do risco integral.
- Ⓒ Configura-se, no caso, a responsabilidade subjetiva do Estado em face do fato de Josué não ter sido submetido à regressão de regime prisional e ter cometido o crime em ocasião em que deveria estar preso.
- Ⓓ Nesse caso, é impossível a configuração do nexo causal, pois não houve uma conduta positiva, ou seja, um agir, por parte da administração pública.

QUESTÃO 16

Assinale a opção correta com relação aos princípios que regem a administração pública.

- A Ato administrativo não pode restringir, em razão da idade do candidato, inscrição em concurso para cargo público.
- B O Poder Judiciário pode dispensar a realização de exame psicotécnico em concurso para investidura em cargo público, por ofensa ao princípio da razoabilidade, ainda quando tal exigência esteja prevista em lei.
- C Não ofende o princípio da moralidade administrativa a nomeação de servidora pública do Poder Executivo para cargo em comissão em tribunal de justiça no qual o vice-presidente seja parente da nomeada.
- D A administração pública pode, sob a invocação do princípio da isonomia, estender benefício ilegalmente concedido a um grupo de servidores a outro grupo que esteja em situação idêntica.

QUESTÃO 17

Acerca dos atos administrativos relacionados a concursos públicos, assinale a opção correta.

- A É legítimo o veto não-motivado à participação de candidato em concurso público, tal como o respaldado em prévia investigação da vida pregressa do candidato.
- B É inconstitucional o provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público, em cargo que não integre a carreira na qual fora anteriormente investido.
- C O candidato aprovado em concurso público não tem direito garantido à nomeação, ainda que dentro do prazo de validade do certame, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.
- D A nomeação de candidato aprovado em concurso público não implica direito à posse no cargo a ser preenchido.

QUESTÃO 18

Não configura, segundo a doutrina dominante, elemento ou requisito do ato administrativo

- A a finalidade.
- B a discricionariedade.
- C a forma.
- D o objeto.

QUESTÃO 19

Não configura sanção constitucionalmente prevista para os atos de improbidade administrativa

- A o ressarcimento ao erário.
- B a perda da função pública.
- C a suspensão por mais de trinta dias, sem percepção de vencimentos.
- D a suspensão dos direitos políticos.

QUESTÃO 20

Assinale a opção correta com relação às normas que regulam o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

- A O administrado tem o direito de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado bem como de ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
- B O processo administrativo tem seu início sempre por iniciativa da própria administração pública.
- C As normas que regulam o processo administrativo no âmbito da administração pública federal aplicam-se apenas à administração pública direta.
- D As normas que regulam o processo administrativo no âmbito da administração pública federal são aplicáveis apenas ao Poder Executivo.

DIREITO CIVIL**QUESTÃO 21**

A ciência da interpretação normativa tem por objetivo descobrir o sentido e o alcance das normas jurídicas. Nesse contexto, a interpretação autêntica da lei é realizada

- A pelo legislador.
- B pela jurisprudência.
- C pela doutrina.
- D pela prolação de uma decisão judicial.

QUESTÃO 22

Acerca do que dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a opção correta.

- A A analogia e a interpretação extensiva são institutos jurídicos idênticos.
- B Em qualquer situação, é possível a utilização dos costumes *contra legem* como instrumento de integração do ordenamento jurídico.
- C O direito adquirido é aquele que foi definitivamente incorporado ao patrimônio de seu titular, seja por se ter realizado o termo preestabelecido, seja por se ter implementado a condição necessária.
- D A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes revoga a lei anterior, ainda que não o declare expressamente.

QUESTÃO 23

O conceito de pessoa jurídica pode ser entendido como o conjunto de pessoas ou de bens arrecadados que adquire personalidade jurídica própria por uma ficção legal. Entre as teorias que procuram justificar a existência da pessoa jurídica, a adotada no Código Civil de 2002 é a teoria

- A da realidade objetiva ou orgânica.
- B da realidade técnica.
- C da ficção.
- D negativista.

QUESTÃO 24

Os bens jurídicos que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro são classificados como

- A imóveis por acessão física.
- B imóveis por acessão industrial.
- C acessórios.
- D pertenças.

QUESTÃO 25

Segundo a doutrina, são pressupostos de validade do negócio jurídico:

- A manifestação de vontade livre; agente emissor de vontade capaz e legitimado para o negócio; objeto lícito, possível e determinado, ou determinável; forma legalmente prescrita ou não defesa em lei.
- B manifestação de vontade de boa-fé; agente legitimado para o negócio; objeto lícito, possível e determinado, ou juridicamente determinável.
- C manifestação de vontade; agente emissor de vontade; objeto; forma.
- D agente emissor de vontade capaz e legitimado para o negócio; objeto lícito, possível e determinado, ou determinável; forma.

QUESTÃO 26

João, ao celebrar um contrato de seguro, omitiu intencionalmente que era portador de moléstia grave para assegurar a celebração do negócio jurídico, que não teria sido realizado não fosse a omissão do fato.

Na situação hipotética apresentada, a conduta de João caracteriza

- A lesão absoluta.
- B lesão relativa.
- C dolo positivo.
- D dolo negativo.

QUESTÃO 27

Segundo a legislação civil, o adquirente do imóvel em condomínio edilício responde pelos débitos condominiais, ainda que anteriores à data de sua aquisição. Nesse contexto, a referida obrigação denomina-se

- A obrigação *propter rem* ou obrigação híbrida.
- B obrigação natural.
- C obrigação eficaz.
- D obrigação com ônus pessoal.

QUESTÃO 28

De acordo com o Código Civil de 2002, a onerosidade excessiva decorre de evento extraordinário e imprevisível, que dificulta extremamente o adimplemento do contrato. Nesse contexto, a onerosidade excessiva dá ensejo à

- A resolução do contrato por onerosidade excessiva.
- B resilição do contrato por onerosidade excessiva.
- C resolução do contrato por inexecução voluntária.
- D resolução do contrato por inexecução involuntária.

QUESTÃO 29

A posse exercida com *animus domini*, mansa, pacífica, ininterrupta e justa, durante o lapso de tempo necessário à aquisição da propriedade, é denominada posse

- A *pro diviso*.
- B *pro indiviso*.
- C *ad interdicta*.
- D *ad usucapionem*.

QUESTÃO 30

Assinale a opção correta a respeito da deserdação.

- A A deserdação pode ser ordenada em testamento válido.
- B Não há previsão legal que autorize o descendente a deserdar o ascendente.
- C A legislação civil brasileira admite a deserdação imotivada.
- D A deserdação dos descendentes pelos ascendentes em razão de ofensa física exige prévia decisão da justiça penal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**QUESTÃO 31**

De acordo com a legislação processual civil, ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações

- A pessoais.
- B que tenham por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóveis de um ou de ambos os cônjuges.
- C de locação de bem móvel.
- D possessórias, em qualquer caso.

QUESTÃO 32

Assinale a opção correta acerca dos atos processuais.

- A O prazo para a contestação realizada pela defensoria pública é contado em quádruplo.
- B O benefício do prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer é extensivo às sociedades de economia mista.
- C Nas ações de estado, a citação pelo correio é inadmissível.
- D A superveniência de férias interrompe o curso do prazo.

QUESTÃO 33

De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), extingue-se o processo sem resolução de mérito quando

- A o autor renuncia ao direito sobre o qual se funda a ação.
- B o juiz acolhe a alegação de perempção.
- C o juiz reconhece a prescrição ou a decadência.
- D as partes transigem.

QUESTÃO 34

No que se refere às provas, adota-se, no CPC, o sistema

- A do livre convencimento motivado.
- B da prova legal.
- C das ordálias.
- D da livre convicção (ou íntimo ou moral).

QUESTÃO 35

Assinale a opção correta acerca da jurisdição, da ação e do processo.

- A A capacidade de estar em juízo, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido são considerados elementos da ação.
- B A convenção de arbitragem não é pressuposto processual negativo.
- C Uma das características da jurisdição é a aptidão para a coisa julgada; por conseguinte, somente haverá jurisdição se houver coisa julgada material.
- D O princípio do juiz natural tem por finalidade garantir a prestação da tutela jurisdicional por juiz independente e imparcial.

QUESTÃO 36

Com base na teoria geral dos recursos, assinale a opção correta.

- A É possível desistir do recurso antes da sua interposição.
- B O direito de recorrer é um direito potestativo processual.
- C O agravo de instrumento interposto contra decisão que nega seguimento aos recursos especial e extraordinário não dispensa o preparo.
- D A renúncia do recurso não impede a interposição posterior de outro recurso.

QUESTÃO 37

Não constitui requisito intrínseco de admissibilidade recursal

- A a inexistência de fato impeditivo ou extintivo.
- B a legitimidade.
- C o interesse recursal.
- D a regularidade formal.

QUESTÃO 38

De acordo com a legislação processual civil, a interposição de ação cautelar preparatória obriga o autor a propor a ação principal no prazo de 30 dias, contados da data

- A em que o mandato de citação foi juntado aos autos.
- B do deferimento da medida cautelar.
- C da efetivação da medida cautelar.
- D da interposição da medida cautelar.

QUESTÃO 39

Pedro propôs ação de execução, lastreada em nota promissória, contra Antônio. O juiz recebeu a petição inicial e determinou a citação do executado. O meirinho, nas diligências empreendidas, não tendo localizado Antônio, apreendeu um veículo automotor de propriedade deste, o qual foi removido ao depositário público, lavrando-se o respectivo auto.

Na situação hipotética apresentada, o ato processual executivo praticado pelo oficial de justiça denomina-se

- A adjudicação de bens penhorados.
- B arrematação de bens penhorados.
- C penhora de bens de propriedade do executado.
- D arresto de bens de propriedade do executado.

QUESTÃO 40

José, em sede de execução por quantia lastreada em sentença judicial, foi intimado da formalização da penhora e avaliação no dia 31 de julho de 2008, na pessoa do seu advogado, por meio de mandado postal.

Nessa situação hipotética, para que se cumpra o devido processo legal, José poderá

- A opor-se à execução por meio de ação de embargos à arrematação, a ser proposta no prazo de quinze dias, contados a partir do primeiro dia útil após a intimação.
- B oferecer impugnação no prazo de quinze dias, contados da data da intimação da formalização do auto de penhora e de avaliação.
- C opor-se à execução por meio de ação de embargos à execução, a ser proposta no prazo de quinze dias, contados a partir do primeiro dia útil após a intimação.
- D opor-se à execução por meio de ação de embargos à execução, a ser proposta no prazo de quinze dias, contados da juntada do mandado devidamente cumprido.

DIREITO EMPRESARIAL**QUESTÃO 41**

Assinale a opção correta com relação à sociedade em comum.

- A Enquanto não levados a registro os atos constitutivos de uma sociedade simples, a esta se aplicam as normas da sociedade em comum.
- B Os bens e dívidas da sociedade em comum constituem patrimônio especial, titularizado e gerido exclusivamente pelo respectivo sócio-administrador.
- C Enquanto não forem arquivados os atos constitutivos, a sociedade anônima rege-se pelas normas da sociedade em comum.
- D A sociedade em comum constitui um tipo societário elegível pelas partes e passível de ser levado a registro como tal.

QUESTÃO 42

De acordo com a legislação em vigor, são atos próprios do registro público de empresas

- A a matrícula de tradutores públicos, o arquivamento de documentos relativos à constituição de firmas individuais e a autenticação de atos constitutivos de sociedade simples.
- B a matrícula de escrituração empresarial, o arquivamento de atos constitutivos de sociedades por ações e a autenticação feita por tradutores públicos.
- C a matrícula de atos constitutivos de sociedades empresárias, o arquivamento de atos constitutivos de sociedades anônimas e a autenticação dos instrumentos de escrituração dos agentes auxiliares do comércio.
- D a matrícula de leiloeiros, o arquivamento de atos constitutivos de sociedades em comandita por ações e a autenticação dos instrumentos de escrituração empresarial.

QUESTÃO 43

Não constitui elemento do contrato de sociedade referido no Código Civil

- A a contribuição dos sócios consistente apenas em bens.
- B a *affectio societatis*.
- C o exercício de atividade econômica.
- D a partilha dos resultados.

QUESTÃO 44

O menor de 18 anos de idade pode ser sócio em

- A** sociedade limitada, desde que o capital esteja integralizado.
- B** sociedade subsidiária integral.
- C** sociedade em nome coletivo.
- D** sociedade anônima, desde que não haja no respectivo ato constitutivo a previsão de capital autorizado.

QUESTÃO 45

Com relação aos empresários, às sociedades e às relações de família, assinale a opção correta.

- A** Tanto os herdeiros do cônjuge de sócio quanto o cônjuge de sócio que tenha se separado judicialmente podem exigir desde logo a parte que lhes couber na quota social.
- B** Diferentemente do que sucede com a fiança, qualquer dos cônjuges, sem autorização do outro, pode prestar aval.
- C** Os casados sob o regime da comunhão universal podem contratar sociedade entre si.
- D** O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los com ônus real.

QUESTÃO 46

Acerca do contrato de franquia, assinale a opção correta.

- A** O contrato de franquia pode ser verbal, tendo, neste caso, efeito apenas entre as partes.
- B** Para produzir efeitos perante terceiros, o contrato de franquia deve ser registrado no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).
- C** A legislação brasileira confere tratamento detalhado ao contrato de franquia, sendo nela estabelecido, expressamente, o rol dos direitos e deveres do franqueador e do franqueado.
- D** A falta da prévia circular de oferta de franquia torna nulo, de pleno direito, o contrato de franquia.

QUESTÃO 47

A respeito das licenças para exploração e das cessões de patentes, assinale a opção correta.

- A** As licenças compulsórias serão concedidas com caráter de exclusividade para a exploração da patente.
- B** Tanto o pedido de patente quanto a patente, ambos de conteúdo indivisível, podem ser cedidos, total ou parcialmente.
- C** As cessões de patentes, assim como as licenças para exploração, são legalmente classificadas em voluntárias e compulsórias.
- D** Para ter efeito entre as partes, as licenças para exploração de patentes devem ser registradas no INPI.

QUESTÃO 48

Assinale a opção correta no que diz respeito a invenção e modelo de utilidade realizado por empregado ou prestador de serviço.

- A** A invenção pertence, em regra, exclusivamente ao empregador quando decorrer de contrato de estágio cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva, ainda que aquela seja resultado de contribuição pessoal do estagiário.
- B** Considera-se desenvolvida pelo empregado, em regra, a invenção cuja patente tenha sido por ele requerida até o prazo de um ano após a extinção do vínculo empregatício.
- C** A invenção pertence exclusivamente ao empregador quando decorrer de contrato de trabalho cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva.
- D** O empregador, titular da patente, é obrigado a conceder ao empregado autor de invento participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração da patente.

QUESTÃO 49

Não está previsto, expressamente, na atual Lei de Falências, o procedimento de

- A** habilitação de crédito.
- B** recuperação extrajudicial.
- C** pedido de restituição.
- D** embargos de terceiros.

QUESTÃO 50

O prazo para o devedor apresentar contestação ao requerimento de falência é de

- A** vinte e quatro horas.
- B** quarenta e oito horas.
- C** dez dias.
- D** quinze dias.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 51

A conduta de exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou para cobrá-los parcialmente, corresponde a

- A** crime de corrupção passiva.
- B** crime contra a ordem tributária.
- C** fato atípico.
- D** crime de concussão.

QUESTÃO 52

Assinale a opção correta com relação aos crimes de estupro e atentado violento ao pudor.

- A** O crime de estupro com violência presumida não se enquadra na definição legal de crime hediondo, se dele não resultar lesão corporal de natureza grave ou morte da vítima.
- B** Os crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos em sua forma simples ou com violência presumida, enquadram-se na definição legal de crimes hediondos, recebendo essa qualificação ainda quando deles não resulte lesão corporal de natureza grave ou morte da vítima.
- C** O crime de estupro, quando cometido em sua forma simples, só se enquadra na definição legal de crime hediondo, se dele resultar lesão corporal de natureza grave ou morte da vítima.
- D** O crime de atentado violento ao pudor com violência presumida não se enquadra na definição legal de crime hediondo, se dele não resultar lesão corporal de natureza grave ou morte da vítima.

QUESTÃO 53

Assinale a opção correta acerca da classificação dos crimes.

- A** Os crimes de quadrilha e rixa são unissubjetivos.
- B** O delito de infanticídio pode ser classificado como crime comum.
- C** O crime é qualificado quando, ao tipo básico, ou fundamental, o legislador agrega circunstâncias que elevam ou majoram a pena, tal como ocorre com o homicídio.
- D** O delito de ameaça pode ser classificado como crime material.

QUESTÃO 54

Assinale a opção correta com base nos princípios de direito penal na CF.

- A** Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação de perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas até os sucessores e contra eles executadas, mesmo que ultrapassem o limite do valor do patrimônio transferido.
- B** O princípio da humanidade veda as penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, bem como as de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento e as cruéis.
- C** O princípio básico que orienta a construção do direito penal é o da intranscendência da pena, resumido na fórmula *nullum crimen, nulla poena, sine lege*.
- D** Segundo a CF, é proibida a retroação de leis penais, ainda que estas sejam mais favoráveis ao acusado.

QUESTÃO 55

Segundo o Código Penal (CP) brasileiro, quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, em vez de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, ele deve responder como se tivesse praticado o crime contra aquela. No caso de ser, também, atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do

- A** crime continuado.
- B** crime habitual.
- C** concurso material.
- D** concurso formal.

QUESTÃO 56

Assinale a opção correta segundo o CP.

- A** O agente que incide em erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime deverá ter excluída a sua punibilidade.
- B** Se alguém praticar crime sob coação moral irresistível, deverá ser punido juntamente com o autor da coação ou da ordem.
- C** Na hipótese de embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou por substância de efeitos análogos, exclui-se a imputabilidade penal.
- D** Se houver concurso entre agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.

QUESTÃO 57

Ainda de acordo com o que dispõe o CP, assinale a opção correta.

- A** A lei excepcional ou temporária, embora tenha decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.
- B** Considera-se praticado o crime no momento da produção do resultado.
- C** Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.
- D** Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu o resultado, sendo irrelevante o local onde deveria produzir-se o resultado.

QUESTÃO 58

Aquele que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devesse constar, ou nele inserir ou fizer inserir declaração falsa ou diversa da que devesse ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante praticará o crime de

- A** falsidade ideológica.
- B** falsificação de documento público.
- C** falsificação de papéis públicos.
- D** falsificação do selo ou sinal público.

QUESTÃO 59

Constitui, segundo a Lei de Execução Penal, direito que pode ser suspenso ou restringido ao preso mediante ato motivado do diretor do estabelecimento prisional

- Ⓐ o contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.
- Ⓑ a representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito.
- Ⓒ o chamamento nominal.
- Ⓓ a entrevista pessoal e reservada com o advogado.

QUESTÃO 60

Assinale a opção correta com base na legislação atual de combate às drogas (Lei n.º 11.343/2006).

- Ⓐ O agente que, em razão da dependência de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento terá sua pena reduzida pela metade.
- Ⓑ É vedada, em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos na lei em questão, a infiltração, por agentes de polícia, em tarefas de investigação.
- Ⓒ Se um indivíduo, acusado de tráfico de drogas, colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores do crime e na recuperação total do produto do crime, nessa situação, caso ele seja condenado, terá sua pena reduzida nos termos da lei.
- Ⓓ Segundo a novel legislação, o indivíduo que esteja cumprindo pena em decorrência de condenação por tráfico ilícito de entorpecentes não pode beneficiar-se de livramento condicional.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 61

Assinale a opção correta acerca da conexão e da continência, segundo o Código de Processo Penal (CPP).

- Ⓐ A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.
- Ⓑ No concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá aquela.
- Ⓒ No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência deste último.
- Ⓓ No concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração à qual for cominada a pena mais grave.

QUESTÃO 62

Assinale a opção correta acerca do processo penal.

- Ⓐ Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, desde que não seja anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa.
- Ⓑ Antes de a sentença final transitar em julgado, as coisas apreendidas poderão ser restituídas mesmo se interessarem ao processo.
- Ⓒ É vedado ao magistrado, na busca da verdade real, determinar, de ofício, a oitiva de testemunhas.
- Ⓓ Se a decisão sobre a existência da infração depender da solução de controvérsia, que o juiz repute séria e fundada, sobre o estado civil das pessoas, o curso da ação penal ficará suspenso até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida por sentença passada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição das testemunhas e de outras provas de natureza urgente.

QUESTÃO 63

Assinale a opção correta acerca do tribunal do júri.

- Ⓐ A soberania dos veredictos não é assegurada, pela CF, à instituição do júri.
- Ⓑ Se a decisão for manifestamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando os jurados decidirem arbitrariamente, dissociando-se de toda e qualquer evidência probatória, caberá apelação.
- Ⓒ Em se tratando de nulidades do júri, o CPP determina que sejam elas suscitadas logo após a réplica.
- Ⓓ O efeito devolutivo da apelação contra decisões do júri não é adstrito aos fundamentos da sua interposição.

QUESTÃO 64

Assinale a opção correta de acordo com as súmulas do STF.

- Ⓐ A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo CP, é considerada para a concessão de outros benefícios, tais como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.
- Ⓑ Inadmite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- Ⓒ A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.
- Ⓓ Admite-se a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.

QUESTÃO 65

Assinale a opção correta acerca da ação penal.

- A A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o MP velará pela sua indivisibilidade.
- B O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, inclusive ao querelado que o recusar.
- C Se, em qualquer fase do processo, o juiz reconhecer extinta a punibilidade, deverá aguardar o requerimento do MP, do querelante ou do réu, apontando a causa de extinção da punibilidade, para poder declará-la.
- D A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, não se estende aos demais agentes.

QUESTÃO 66

Segundo o CPP, **não** faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em

- A legítima defesa.
- B estrito cumprimento de dever legal.
- C estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico.
- D estado de necessidade.

QUESTÃO 67

Assinale a opção correta acerca do exame de corpo de delito e das perícias em geral, segundo o CPP.

- A O juiz ficará adstrito ao laudo.
- B Se a infração deixar vestígios, a confissão do acusado poderá suprir o exame de corpo de delito, direto ou indireto.
- C Se a perícia requerida pelas partes não for necessária ao esclarecimento da verdade, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia, exceto na hipótese de exame de corpo de delito.
- D Se não for possível o exame de corpo de delito por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal não poderá suprir-lhe a falta.

QUESTÃO 68

Assinale a opção correta acerca da confissão e do interrogatório, segundo o CPP e a CF.

- A Antes de iniciar o interrogatório, o juiz esclarecerá ao réu que, embora não esteja obrigado a responder às perguntas que lhe forem formuladas, o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo da própria defesa.
- B O silêncio do acusado importa em confissão ficta ou presumida.
- C O réu pode retratar-se da confissão, bem como pode confessar a totalidade ou apenas uma parte do fato que lhe foi imputado.
- D Se o acusado confessa o crime perante o juiz, na presença de seu advogado, é desnecessário confrontar a confissão com as demais provas do processo para a verificação de compatibilidade ou concordância.

QUESTÃO 69

Assinale a opção correta com relação ao acusado e seu defensor, de acordo com o CPP.

- A A constituição de defensor independe de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- B Ao acusado, mesmo que devidamente habilitado nos quadros da OAB, é vedado defender-se a si mesmo.
- C Se não há possibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos, deve-se retardar a ação penal, ainda quando certa a identidade física do réu.
- D O acusado que for foragido da polícia será processado ou julgado sem defensor.

QUESTÃO 70

Assinale a opção correta acerca dos recursos, segundo o CPP.

- A Admite-se recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.
- B A parte será prejudicada pela interposição de um recurso por outro, ainda que tenha atuado de boa-fé.
- C O juiz deverá recorrer, de ofício, da sentença concessiva de *habeas corpus*.
- D O MP poderá desistir de recurso que haja interposto.

DIREITO DO TRABALHO**QUESTÃO 71**

A configuração de equiparação salarial por identidade entre dois empregados **não** ocorre na hipótese de

- A inexistência de quadro de carreira na empresa.
- B a diferença de tempo de serviço entre os empregados não ser superior a dois anos.
- C empregado e paradigma trabalharem para empregadores distintos.
- D empregado e paradigma trabalharem na mesma localidade.

QUESTÃO 72

Desde que haja autorização prévia e por escrito do empregado, é lícito ao empregador efetuar desconto ou reter parte do salário no que se refere

- A à contribuição sindical obrigatória.
- B aos salários correspondentes ao prazo do aviso prévio quando o empregado pede demissão e não paga ao empregador o respectivo aviso.
- C às horas em que este falta ao serviço para comparecimento necessário, como parte, à justiça do trabalho.
- D aos valores relativos a planos de assistência odontológica e médico-hospitalar.

QUESTÃO 73

O empregado eleito para cargo de direção da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)

- A tem estabilidade no emprego garantida desde o início de sua atuação no cargo até o final de seu mandato.
- B não conta com estabilidade no emprego, podendo ser despedido, a qualquer tempo, sem justa causa.
- C tem estabilidade no emprego garantida desde o registro da candidatura até um ano após o final de seu mandato.
- D tem estabilidade no emprego garantida desde a eleição até um ano após o final de seu mandato.

QUESTÃO 74

É assegurado ao empregado doméstico

- A repouso semanal remunerado.
- B jornada de trabalho não superior a oito horas diárias.
- C adicional noturno.
- D recebimento de horas extras.

QUESTÃO 75

De acordo com o que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, o intervalo mínimo para descanso entre uma jornada de trabalho e outra deve ser de

- A 10 horas.
- B 11 horas.
- C 12 horas.
- D 13 horas.

QUESTÃO 76

Conforme a legislação trabalhista, a redução salarial é

- A permitida, desde que autorizada pelo empregado por escrito.
- B vedada, salvo quando determinada em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- C vedada em qualquer hipótese.
- D permitida, desde que prevista em convenção coletiva, apenas.

QUESTÃO 77

Assinale a opção correta com relação à rescisão do contrato de trabalho.

- A As verbas rescisórias incontroversas, devidas pelas pessoas jurídicas de direito público, deverão ser pagas na data da primeira audiência designada pelo juiz, sob pena de o empregador pagá-las com multa de 50% sobre o valor original.
- B É válido, no contrato de trabalho que supere um ano de vigência, o pedido de demissão que, feito pelo empregado, não seja realizado no Ministério do Trabalho e Emprego nem tenha assistência de sindicato.
- C No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.
- D A rescisão que ocorra até trinta dias antes da data-base da categoria profissional não autoriza o pagamento das verbas rescisórias com o salário já corrigido.

QUESTÃO 78

Com relação ao trabalho da mulher, a lei permite ao empregador

- A considerar o sexo como variável determinante para fins de ascensão profissional.
- B publicar anúncio de emprego em que haja referência a determinado sexo para o desempenho de atividade que sabidamente assim o exija.
- C recusar emprego em razão de situação familiar da mulher trabalhadora.
- D exigir atestado de gravidez, para fins de admissão ou permanência no emprego.

QUESTÃO 79

A oposição dos embargos de declaração

- A impede a contagem do prazo para a interposição do recurso ordinário.
- B não afeta a contagem do prazo para a interposição do recurso ordinário.
- C suspende o prazo para a interposição do recurso ordinário.
- D interrompe o prazo para a interposição do recurso ordinário.

QUESTÃO 80

Quanto à competência, é correto afirmar que a justiça do trabalho é competente para julgar

- A as causas em que forem parte a instituição de previdência social e segurado.
- B as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta.
- C as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes ou não de relação de trabalho.
- D os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 81

Acerca do princípio tributário da anterioridade, assinale a opção correta.

- A Pelo princípio da anterioridade tributária, determinado imposto somente pode ser cobrado no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei que o instituiu e após autorização orçamentária do Poder Legislativo.
- B Lei ordinária que altere o prazo para o recolhimento de determinado imposto sobre o patrimônio que, nos anos anteriores, era recolhido no mês de junho não deve obediência ao princípio da anterioridade tributária.
- C Lei que tenha sido publicada no dia 20 de setembro de 2007, dispoendo sobre aumento da alíquota do imposto sobre produtos industrializados, somente se aplica aos fatos geradores ocorridos a partir de 1.º de janeiro de 2008.
- D O STF decidiu que a anterioridade tributária constitui garantia ao contribuinte e somente pode ser excepcionada, alterada substancialmente ou suprimida por emenda à CF.

QUESTÃO 82

As normas que regem a repartição das receitas tributárias determinam que pertencem aos municípios 50% do produto da arrecadação do imposto

- A sobre a propriedade predial e territorial urbana, relativamente aos imóveis neles situados.
- B sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- C de renda retido na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles ou por suas autarquias.
- D sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.

QUESTÃO 83

Suponha que, na iminência de guerra externa, a União institua um imposto extraordinário cujo fato gerador seja a propriedade predial e territorial urbana. Considerando essa hipótese e as normas relativas à competência tributária, assinale a opção correta.

- A A cobrança do imposto extraordinário deve obediência ao princípio da anterioridade.
- B A iminência de guerra externa somente dá ensejo à instituição de empréstimo compulsório.
- C É lícito que o imposto extraordinário seja instituído por lei ordinária.
- D A instituição desse imposto caracterizaria bitributação.

QUESTÃO 84

Por disposição expressa do Código Tributário Nacional (CTN), deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que dispõe sobre

- A consignação em pagamento.
- B prescrição e decadência.
- C compensação de tributos.
- D outorga de isenção.

QUESTÃO 85

No que diz respeito à compensação do crédito tributário, assinale a opção correta.

- A O direito do contribuinte à compensação de créditos tributários não é auto-aplicável, dependendo de lei.
- B É lícita a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
- C O CTN somente admite a compensação de créditos tributários com créditos líquidos, certos e vencidos do sujeito passivo contra a fazenda pública.
- D Em conformidade com entendimento jurisprudencial já pacificado, ao Poder Judiciário é admitido deferir a compensação de créditos tributários em antecipação de tutela de mérito.

QUESTÃO 86

Assinale a opção correta a respeito das garantias e privilégios do crédito tributário.

- A Reputam-se extraconcursais os créditos tributários passíveis de concurso de preferências entre as pessoas jurídicas de direito público.
- B Em quaisquer hipóteses, o crédito tributário tem preferência em relação ao crédito com garantia real.
- C O rol das garantias do crédito tributário, previsto no CTN, é meramente exemplificativo.
- D Todos os bens do sujeito passivo respondem pelo crédito tributário, mesmo os hipotecados ou penhorados, salvo se o ônus real for anterior à constituição do respectivo crédito.

QUESTÃO 87

Assinale a opção correta acerca do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).

- A São contribuintes do ISS os prestadores de serviços de transporte municipal e intermunicipal.
- B Lei complementar federal fixa a alíquota máxima do ISS em 35% sobre o valor do serviço prestado.
- C O ISS, como fator de regulação da economia no setor de prestação de serviços, tem função eminentemente extrafiscal.
- D Os serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte não se sujeitam à incidência do ISS.

QUESTÃO 88

Assinale a opção correta acerca do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

- A Incide o ICMS sobre as operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive no fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
- B O ICMS não incide sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, mas constitui fato gerador do imposto os serviços prestados a destinatários no exterior.
- C Lei complementar federal determina que o ICMS constitui imposto obrigatoriamente seletivo em razão da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- D A isenção do ICMS em determinada operação jamais acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.

QUESTÃO 89

A CF determina que o imposto de renda será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei. É correto afirmar que o critério da generalidade

- A tem por finalidade implementar a isonomia na tributação da renda, onerando mais gravosamente os contribuintes que tenham maior capacidade contributiva.
- B impõe a sujeição de todos os indivíduos à tributação do imposto de renda, independentemente de quaisquer características do contribuinte.
- C constitui técnica de incidência de alíquotas por meio da qual se procura variá-las em uma razão proporcional à base de cálculo.
- D determina que a totalidade da renda do sujeito passivo deve sujeitar-se à tributação, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos.

QUESTÃO 90

De acordo com a legislação tributária que dispõe a respeito do processo administrativo fiscal, o procedimento fiscal tem início

- A trinta dias após o despacho aduaneiro de mercadoria importada.
- B no momento em que decidir o fiscal de tributos, a seu livre arbítrio.
- C com a apreensão de mercadorias, documentos ou livros.
- D apenas com a lavratura do auto de infração.

REGULAMENTO GERAL, CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

QUESTÃO 91

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética relacionada à Lei n.º 8.906/1994 — Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) —, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

- A Eduardo foi funcionário de uma empresa de seguros por mais de 25 anos e, em março de 2008, recebeu a comunicação de sua demissão. Irresignado, ele pretende ingressar com reclamação trabalhista perante a justiça do trabalho. Nessa situação, para ingressar com a ação na justiça, Eduardo deverá, obrigatoriamente, contratar um advogado.
- B Carlos é bacharel em direito e, tendo sido aprovado no exame de ordem, foi inscrito na OAB. Nessa situação, ele não pode ingressar com ação de indenização nos juizados especiais, pois o acesso aos juizados é restrito ao cidadão comum.
- C Adelaide constituiu uma associação e pretende levar o ato de constituição a órgão competente. Nessa situação, para que o ato seja registrado, ele terá, obrigatoriamente, de estar assinado por advogado.
- D Ronaldo, bacharel em direito não inscrito na OAB, foi preso, em operação da Polícia Federal, em março de 2008, por determinação de juiz federal. Nessa situação, Ronaldo não pode impetrar *habeas corpus* perante o TRF, por não exercer a profissão de advogado.

QUESTÃO 92

Assinale a opção correta acerca da atividade da advocacia prevista no Estatuto da Advocacia e da OAB.

- A A procuração, instrumento indispensável para o exercício profissional da advocacia, habilita o advogado para a prática de todos os atos judiciais em prol do seu cliente, sendo sua imediata apresentação exigida até nos casos de urgência.
- B Ao renunciar ao mandato de cliente, já no dia seguinte, o advogado estará sem a representação do referido cliente, eximindo-se de qualquer responsabilidade sobre a causa.
- C Um estagiário de advocacia regularmente inscrito na OAB/SP está apto a assinar sozinho as contestações e reconvenções dos processos do escritório em que atua.
- D Alegação final apresentada em audiência por advogado suspenso do exercício profissional é considerada ato nulo.

QUESTÃO 93

João Braz e Antônio Geraldo são advogados inscritos na Seccional de São Paulo. Em janeiro de 2002, eles tornaram-se sócios de um escritório de advocacia, que foi registrado na Seccional da OAB de São Paulo com o nome Antônio Geraldo Advogados Associados. Após seis anos de trabalho como sócio de João Braz, Antônio Geraldo faleceu.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta no que se refere à sociedade de advogados.

- A O registro de constituição do escritório Antônio Geraldo Advogados Associados deve ser feito no Conselho Federal da OAB.
- B Após a morte de Antônio Geraldo, o escritório poderá permanecer com o mesmo nome, se houver previsão dessa possibilidade no ato constitutivo da sociedade.
- C Obrigatoriamente, a razão social do escritório deveria conter, o nome dos dois sócios, ou seja, João Braz e Antônio Geraldo Advogados Associados.
- D Antes da morte de Antônio Geraldo, João Braz poderia ter integrado outra sociedade de advogados, desde que o escritório tivesse filial na mesma área territorial da Seccional de São Paulo.

QUESTÃO 94

Assinale a opção correta em relação ao Estatuto da Advocacia e da OAB.

- A É da competência do presidente de cada Conselho Seccional a eleição de lista de advogados para preenchimento dos cargos de desembargadores estaduais, a ser encaminhada ao tribunal de justiça do estado, para preenchimento de vaga reservada pelo quinto constitucional.
- B Os conselheiros seccionais têm prioridade perante os demais advogados inscritos na Seccional para figurar nas listas de composição de escolha de desembargador estadual, para preenchimento de vaga reservada pelo quinto constitucional.
- C A tabela de honorários advocatícios é fixada pelo Conselho Seccional e tem validade em todo o território do respectivo estado da Federação.
- D O julgamento dos recursos interpostos em face de questões decididas pelo presidente do Conselho Seccional da OAB de São Paulo é da competência privativa do Conselho Federal da OAB.

QUESTÃO 95

Segundo as disposições do Código de Ética e Disciplina da OAB, o advogado inscrito na OAB há vinte anos, ao fixar seus honorários advocatícios, deve observar

- A** a possibilidade de participação em bens particulares do cliente mediante contrato verbal ou escrito.
- B** sua competência profissional e seu renome.
- C** a forma de contrato oral prevista para os advogados inscritos há mais de dez anos na OAB.
- D** o impedimento da adoção da cláusula *quota litis* para honorários representados por pecúnia.

QUESTÃO 96

Assinale a opção correta acerca do Conselho Federal da OAB.

- A** O Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal é composto por três conselheiros federais de cada unidade da Federação.
- B** O conselheiro federal de cada delegação que participar do Órgão Especial do Conselho Pleno não poderá integrar o Conselho Pleno.
- C** O Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB é presidido pelo seu vice-presidente.
- D** O Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB é composto pelos conselheiros federais mais antigos de cada delegação.

QUESTÃO 97

Assinale a opção correta acerca das disposições do Conselho Federal, previstas no Regulamento Geral da OAB.

- A** Os recursos dos advogados que respondem a processo disciplinar serão julgados pela vice-presidência do Conselho Federal.
- B** Compete à Segunda Câmara do Conselho Federal decidir os recursos relativos ao processo eleitoral da OAB.
- C** As câmaras do Conselho Federal têm a mesma competência para julgamento e são presididas pelos conselheiros federais mais antigos do Órgão Especial do Conselho Pleno.
- D** À Primeira Câmara compete decidir o recurso de advogado impedido do exercício da advocacia.

QUESTÃO 98

Assinale a opção correta com relação às subseções da OAB.

- A** As subseções são órgãos da OAB vinculados ao respectivo Conselho Seccional, que fixa a sua competência territorial.
- B** As subseções não têm autonomia administrativa.
- C** Conflito de competência entre subseções do estado de São Paulo deverá ser decidido pelo Conselho Federal da OAB.
- D** As áreas territoriais das subseções deverão abranger, no máximo, um município.

QUESTÃO 99

No que diz respeito às eleições na OAB, assinale a opção correta.

- A** Para concorrerem às eleições, os atuais ocupantes de cargos de diretoria, presidência e vice-presidência deverão se licenciar dos seus mandatos três meses antes das eleições.
- B** Advogado inscrito na OAB e com três anos de exercício de advocacia não pode integrar chapa para concorrer a cargo eletivo no Conselho Seccional.
- C** É obrigatório o comparecimento de todos os advogados inscritos e licenciados da OAB às eleições dos conselhos seccionais.
- D** Advogado com inscrição suplementar deverá votar obrigatoriamente na sede da inscrição principal.

QUESTÃO 100

Assinale a opção correta acerca da competência do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB.

- A** Não compete ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB responder a consultas relativas à ética profissional.
- B** Mediação e conciliação não são aplicáveis às questões relativas à dissolução de sociedade de advogados.
- C** Cabe ao Tribunal de Ética e Disciplina a promoção, junto aos cursos de direito, de discussões relativas à ética profissional, com o objetivo de formação da consciência dos futuros profissionais.
- D** A instauração de processo acerca de infração a norma de ética profissional se inicia com o requerimento de interessados, não cabendo ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB fazê-lo de ofício.